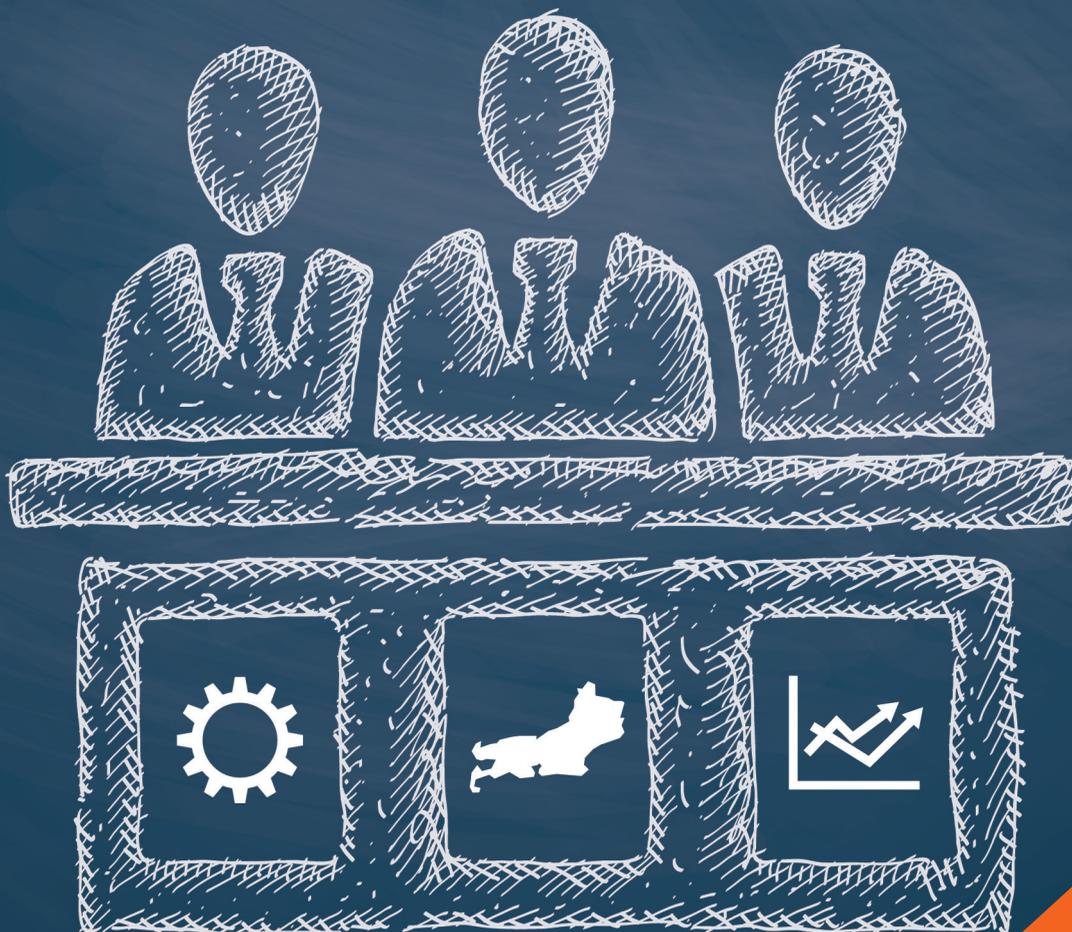


CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 695
3 a 9 de julho de 2015

AGENDA LEGISLATIVA

SISTEMA FIRJAN DESTACA PROJETOS
PRIORITÁRIOS PARA A INDÚSTRIA



IFGF: CONHEÇA O
DESEMPENHO DAS CIDADES
FLUMINENSES
Págs. 4 e 5



Sistema FIRJAN | www.firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

EMPRESAS APRESENTAM CASES NO 2º FÓRUM LEAN RIO

O Sistema FIRJAN, por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), reuniu executivos de empresas como a MAN Latin America, FMC Technologies, Haga, B Braun, ThyssenKrupp, Andrade Gutierrez e GlaxoSmithKline para compartilhar os benefícios da adoção do sistema *lean* – filosofia de gestão inspirada no modelo de produção enxuta, difundido pela Toyota. O método, que elimina desperdícios e aumenta a competitividade das empresas, foi discutido durante o 2º Fórum Lean Rio, promovido pelo Lean Institut Brasil.

A Haga, de Nova Friburgo, iniciou o processo em 2008 e conseguiu aumentar a produtividade e reduzir custo. “O método possibilitou que nossa empresa aumentasse o faturamento, somente com acertos e foco na gestão”, resume José Luiz Abicalil, presidente da empresa.

Do setor de construção civil, a Andrade Gutierrez mostrou como o conceito *lean construction* ajudou a resolver problemas – de logística, clima adverso e escassez de mão de obra qualificada – na construção da Arena da Amazônia, estádio construído em Manaus. Para Clorivaldo Bisinoto, CEO da empresa, o principal desafio é o alinhamento de toda a organização com a



Guarim de Lorena

Abicalil, presidente da Haga, em palestra no 2º Fórum Lean Rio

cultura *lean*: “O nosso sonho é ter um impacto de 20 a 30% de melhoria de produtividade em 10 anos”.

Participaram da abertura do evento Ricardo Maia, diretor executivo de Relação com Associados da Federação, Alberto Besser, superintendente do IEL, e José Roberto Ferro, presidente do Lean Institut Brasil. O Fórum foi realizado no dia 24 de junho.

LESTE FLUMINENSE SEDIA SEMINÁRIO SOBRE INDÚSTRIA NAVAL

Discutir estratégias para promover a competitividade do setor naval. Esse foi o objetivo do 1º Seminário e Encontro de Negócios do Setor da Construção Naval e Offshore – Cenários, Perspectivas e Sessão de Negócios”, realizado em 18 de junho em Niterói.

A abertura do evento foi feita por Luiz César Caetano, presidente da Representação FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense. O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, disse que a questão da dragagem no porto da cidade é um dos principais gargalos: “É necessário

um esforço de todas as empresas do setor junto ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para que a licença ambiental da dragagem cidade seja liberada”.

O evento foi promovido pela Representação FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense, em parceria com a Secretaria da Indústria Naval e Petróleo e Gás de Niterói, Sebrae/RJ, Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval (Sinaval), Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip) e a Associação Conselho Empresarial Naval-Offshore (Asscenon).

FIRJAN PARTICIPA DE AUDIÊNCIA SOBRE GASODUTOS NA ANP

O Sistema FIRJAN participou de audiência pública na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural, e Biocombustíveis (ANP). Na ocasião, foi discutido o processo de regulamentação do acesso aos gasodutos de transporte de gás natural. A contribuição da Federação ao processo de regulamentação referiu-se, principalmente, ao aumento da transparência dos mecanismos que possibilitarão aos consumidores industriais se beneficiarem do livre acesso ao gasoduto de

transporte. “Essa regulamentação foi muito esperada pelo consumidor industrial de gás natural, e sua realização pode ser considerada um avanço para o mercado”, avalia Tatiana Lauria, especialista da Gerência de Ambiente de Negócios e Infraestrutura. O próximo passo a ser dado pela ANP é revisar a minuta da regulamentação com base nas contribuições feitas pela sociedade e, a partir de então, publicá-la. A audiência pública na ANP aconteceu em 22 de junho.

Na Offshore Technology Conference (OTC) 2015, realizada em Houston (EUA), o Ministério de Minas e Energia anunciou a 13ª rodada de licitação de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás. Para discutir o papel dos leilões e como o Brasil pode se tornar mais proeminente no segmento de petróleo e gás, a Carta da Indústria entrevistou **Jorge Camargo**, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).



Divulgação/IBP

PERSPECTIVAS PARA O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS

CARTA DA INDÚSTRIA – Como avalia o potencial competitivo do Brasil na indústria de petróleo e gás?

JORGE CAMARGO – O Brasil tem duas vantagens comparativas formidáveis: uma é o seu potencial exploratório. No país foram feitas 40% de todas as descobertas do petróleo convencional do planeta nos últimos 10 anos, em virtude da potência extraordinária do pré-sal, que no aspecto econômico é altamente robusto. Mesmo que o petróleo fique nesse patamar de U\$S 40/50 por barril, que aparentemente é o consenso de mercado, o pré-sal ainda assim é competitivo. A segunda vantagem é a capacidade tecnológica que existe hoje no país. Uma demonstração disso foi a premiação da Petrobras na OTC Houston este ano. A empresa foi vencedora da categoria OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations and Institutions, considerado o Oscar da tecnologia mundial offshore. Há 30 anos, desde o início das atividades na Bacia de Campos, o Brasil vem se tornando um polo de inovação e desenvolvimento de tecnologia. Com isso, traduzimos duas características: por um lado, reservas fabulosas, de no mínimo 30 bilhões de barris a serem desenvolvidos, e economicamente competitivas; do outro lado, a capacidade de execução. Juntar essas duas qualidades em um só país nos dá uma vantagem muito grande.

CI – Quais são os caminhos para as indústrias da cadeia produtiva do setor superarem esse momento de crise?

JC – Nós acreditamos que a indústria do petróleo

é uma das que têm as mais amplas condições de fazer essa agenda pós-ajuste, com a retomada de investimentos e a geração de empregos, com o mínimo de esforço. A agenda prioritária do IBP contempla medidas de aperfeiçoamento dos agentes regulatórios, que fazem mais sentido agora, pois estamos passando por esse momento de fim de ciclo. A indústria de petróleo e gás tem muito a contribuir para o novo ciclo de crescimento.

CI – Qual é a importância de uma regularidade dos leilões exploratórios?

JC – Toda a cadeia de petróleo depende do leilão exploratório. Por isso precisamos colocar essa questão como um dos cinco pontos da nossa agenda prioritária. É importante que eles sejam mantidos, sejam regulares, para que você não desmobilize todas essas empresas e equipes de acionistas, que precisam estar constantemente avaliando novas áreas e empresas de equipamentos e serviços para essa fase de exploração, onde começa a indústria de petróleo.

CI – O Sistema FIRJAN firmou um convênio com o IBP na OTC Houston 2015. Qual é a importância dessa parceria?

JC – A FIRJAN e o IBP têm muita complementaridade. A Federação tem um sistema de educação muito importante para formar mão de obra. Por outro lado, o IBP tem empresas que precisam dessa mão de obra. Essa parceria tem o intuito de juntar essas duas competências em prol do desenvolvimento da indústria de petróleo.

IFGF DETECTA PIORA NA GESTÃO FISCAL DAS CIDADES DO ESTADO DO RIO

Sessenta e quatro municípios do estado do Rio têm situação fiscal difícil ou crítica. O número, que representa 75,9% das cidades fluminenses, é do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), baseado em dados de 2013. Em sua terceira edição, o IFGF analisou 83 das 92 prefeituras do estado, onde vivem mais de 15 milhões de pessoas. No quadro geral, o estado do Rio, como um todo, apresentou piora na gestão fiscal em comparação a 2012, reflexo do recuo no IFGF Investimentos.

Nessa variável, caíram pela metade as cidades avaliadas com conceito A ou B neste indicador, que passaram de 18 para apenas nove, enquanto as com conceito D subiram de 47 para 63. Como consequência, a pontuação do Rio (0,3345) ficou abaixo da nota nacional (0,4319) no quesito Investimentos.

Apesar disso, o estado mantém média geral do IFGF superior à maioria das unidades da federação. A capital foi a única do país que apresentou

excelência na gestão fiscal, e 19 municípios foram avaliados com conceito B, formando uma média de 24,1% de cidades com bom ou excelente desempenho. O número fica acima da proporção nacional, de 15,8%. O estado também superou a média do país nas variáveis Receita Própria, Gastos com Pessoal, Custo da Dívida e Liquidez.

MELHORES RESULTADOS

O estado possui 15 cidades entre os 500 melhores IFGFs do país. Dos 10 municípios fluminenses mais bem pontuados, quatro estão no Top 100 nacional: Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Itaboraí e Quatis. Este último se destaca com um crescimento de 18,7% no IFGF em relação a 2012, gerado pelo aumento dos investimentos.

“Eu diria que o grande destaque do top 10 do estado foi Custo da Dívida e Liquidez. Nove ficaram com nota de Custo da Dívida bastante alta. Ou seja, essas cidades tiveram poucos problemas com dívida durante

esse período”, analisou Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura do Sistema FIRJAN.

REGIÃO METROPOLITANA

Ocupando a 16ª posição no ranking nacional, a capital foi o município que apresentou os melhores índices do estado. Apesar da queda de 4,5% no IFGF, consequência da retração nos investimentos, a cidade obteve bom desempenho nessa variável e em Gastos com Pessoal, e excelência em Receita Própria e Liquidez. “O Rio já chegou a ter zero em Custo da Dívida. A melhora detectada demonstra sucesso da prefeitura na negociação com o Banco Mundial”, declarou Mercês.

O quadro favorável do Rio, no entanto, não é acompanhado pelas outras quatro maiores cidades em termos populacionais, que se encontram em situação fiscal difícil. Além do conceito C no IFGF, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Niterói têm em comum investimentos muito

10 MAIORES RESULTADOS DO IFGF DO RIO DE JANEIRO

Ranking 2013		Município	IFGF		Var. (%)	Receita Própria		Gastos com Pessoal		Investimentos		Liquidez		Custo da Dívida	
BR	RJ		2012	2013		2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
16º	1º	Rio de Janeiro	0,8555	0,8169	-4,5%	1,0000	1,0000	0,7488	0,7647	1,0000	0,7782	0,7605	0,8102	0,6588	0,6246
29º	2º	Rio das Ostras	0,8550	0,7832	-8,4%	0,4276	0,4083	0,9421	0,7604	1,0000	0,9540	1,0000	0,9396	0,9681	0,9422
33º	3º	Itaboraí	0,7683	0,7756	1,0%	1,0000	1,0000	0,7486	0,8402	0,3217	0,2137	0,9691	1,0000	0,8440	0,8853
70º	4º	Quatis	0,6303	0,7480	18,7%	0,2123	0,1737	0,7568	0,7782	0,4794	1,0000	1,0000	1,0000	0,7942	0,8378
112º	5º	Barra do Pirai	0,8164	0,7243	-11,3%	0,5275	0,5664	0,7698	0,6816	0,9791	0,5887	1,0000	1,0000	0,7920	0,8600
137º	6º	Maricá	0,8314	0,7161	-13,9%	0,5358	0,5354	0,8547	0,7020	1,0000	0,8508	0,9511	0,7229	0,7948	0,8365
182º	7º	Mesquita	0,7220	0,7020	-2,8%	0,3454	0,4099	0,9078	0,8462	0,5112	0,6279	1,0000	0,7915	1,0000	1,0000
188º	8º	Campos dos Goytacazes	0,7988	0,7001	-12,4%	0,2182	0,2662	0,9828	0,9487	0,9360	0,8298	1,0000	0,6268	0,9297	0,9906
189º	9º	Saquarema	0,6938	0,7001	0,9%	0,7622	0,7132	0,4227	0,5042	1,0000	1,0000	0,4543	0,5162	1,0000	0,8502
255º	10º	Queimados	0,7006	0,6835	-2,4%	0,3520	0,4173	0,7562	0,6694	0,5664	0,5138	1,0000	1,0000	0,9876	0,9846

baixos. Niterói apresenta o número mais preocupante, com pontuação zero em Liquidez, indicando que a prefeitura encerrou o ano de 2013 com mais obrigações em circulação do que recursos em caixa para cobri-las.

PIORES RESULTADOS

Com a pior gestão fiscal no estado, Angra dos Reis foi a cidade que mais recuou no IFGF de 2012 para 2013. O município também figura entre as 500 piores gestões fiscais do país, e foi avaliado com situação crítica em Investimentos, assim como outras oito cidades do ranking dos menores resultados.

No IFGF Liquidez, além de Angra, também ficaram com zero Três Rios, Rio Bonito, Itaocara e Carapebus. Em Gastos com Pessoal, novamente Angra chama atenção com pontuação zero, assim como Cardoso Moreira, o que significa que seus gastos com pessoal foram superiores aos 60% da receita corrente líquida estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

EMPRESÁRIOS REPERCUTEM

Para Fernando Aguiar, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense,

Divulgação



“Percebo que há, de maneira geral, pouca preocupação das prefeituras com os investimentos. Esse é um problema de gestão e precisa ser superado”

Roberto Leverone
Presidente da Representação Regional
FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense II

apesar dos bons números do estado na comparação com o país, as notas podem não se manter nos anos seguintes. “No cenário geral, podemos dizer que fomos bem. Rio das Ostras, por exemplo, apresentou índices significativos em virtude dos royalties. Acredito, porém, que com a retração da economia, haverá uma redução desses royalties, o que deverá impactar todas as cidades nas próximas avaliações”, afirmou.

Segundo Roberto Leverone, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense II, o IFGF aponta para a necessidade de as prefeituras investirem mais em melhorias nas cidades. “É impressionante que Duque de Caxias, o município mais rico, com mais potencial e maior receita própria da Baixada II, é o que tenha tido menos investimentos. Percebo que há, de maneira geral, pouca preocupação das prefeituras com os investimentos. Esse é um problema de gestão e precisa ser superado”, argumentou.

A íntegra do estudo pode ser acessada em: <http://www.firjan.org.br/ifgf>.

10 MENORES RESULTADOS DO IFGF DO RIO DE JANEIRO

Ranking 2013		Município	IFGF		Var. (%)	Receita Própria		Gastos com Pessoal		Investimentos		Liquidez		Custo da Dívida	
BR	RJ		2012	2013		2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
2.848º	74º	Três Rios	0,5437	0,4480	-17,6%	0,5062	0,5456	0,7158	0,5959	0,2071	0,4784	0,6519	0,0000	0,7552	0,8347
3.027º	75º	Cardoso Moreira	0,5665	0,4351	-23,2%	0,2040	0,1958	0,6431	0,0000	0,3401	0,3605	1,0000	1,0000	0,7435	0,8495
3.069º	76º	Italva	0,5688	0,4320	-24,0%	0,1937	0,1769	0,5888	0,4617	0,3958	0,2938	1,0000	0,6547	0,7869	0,7493
3.732º	77º	Comendador Levy Gasparian	0,4939	0,3764	-23,8%	0,2240	0,1928	0,6915	0,4590	0,2674	0,1742	0,5677	0,4023	1,0000	1,0000
3.765º	78º	Trajano de Moraes	0,4494	0,3725	-17,1%	0,1375	0,1259	0,4970	0,4583	0,1366	0,1837	0,9131	0,5471	0,7047	0,7664
3.783º	79º	Santa Maria Madalena	0,5259	0,3706	-29,5%	0,1105	0,0914	0,4681	0,5272	0,6505	0,1578	0,7012	0,4611	0,9160	0,9211
3.832º	80º	Rio Bonito	0,5410	0,3652	-32,5%	0,4211	0,4154	0,7659	0,7304	0,2999	0,0666	0,5427	0,0000	0,8429	0,9245
4.434º	81º	Itaocara	*	0,2980	*	*	0,3787	*	0,4460	*	0,1176	*	0,0000	*	0,8602
4.619º	82º	Carapebus	0,4270	0,2746	-35,7%	0,0857	0,1194	0,6840	0,5223	0,2517	0,1920	0,4745	0,0000	0,9046	0,8700
4.752º	83º	Angra dos Reis	0,6342	0,2564	-59,6%	0,6301	0,6455	0,5619	0,0000	0,2431	0,1265	1,0000	0,0000	0,8633	0,8270

AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO: SISTEMA FIRJAN APRESENTA POSIÇÃO SOBRE 29 PROJETOS

O Sistema FIRJAN lançou a 10ª Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Rio de Janeiro. Esta edição seleciona 28 Projetos de Lei (PLs) e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), com o objetivo de orientar, de forma estratégica, o diálogo entre a indústria fluminense e a Alerj. A Agenda Legislativa reafirma o compromisso do Sistema FIRJAN com a defesa de interesse da indústria, em favor da competitividade do estado do Rio.

Na Agenda Legislativa, as diversas proposições encontram-se agrupadas por áreas temáticas como educação, assuntos tributários e econômicos, meio ambiente, relação de consumo, trabalhista, tecnologia, cultura, infraestrutura e indicações setoriais. Cada item é fundamentado a partir do posicionamento da indústria.

Flávia Ayd, chefe de Divisão de Defesa de Interesses Coletivos do Sistema FIRJAN, explica que o trabalho junto ao Poder Legislativo envolve a elaboração de estudos, dados técnicos e pareceres. "Reunimos diversos setores da Federação para analisar o projeto sob diversos prismas, de forma a auxiliar o Parlamento na formulação de leis que compreendam a importância da indústria para o desenvolvimento do estado", diz ela.

José da Rocha Pinto, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos do Sistema FIRJAN e do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro (Simperj), diz que a



Divulgação/Alerj

Deputados em sessão na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

importância desse trabalho está no desenvolvimento de análises feitas por especialistas, em conjunto com empresários, sobre os principais projetos em curso e seus reflexos na atividade industrial. "Como estamos num regime democrático, emitimos nossa opinião e a apresentamos para a Alerj e para a sociedade", esclarece ele, que também representa a Federação na construção da Agenda Legislativa da CNI.

RESULTADOS POSITIVOS PARA A INDÚSTRIA

Flavia esclarece que a Agenda é apenas uma parte dos trabalhos da Instituição no campo legislativo. Em função da dinâmica própria de tramitação, muitos PLs não aparecem na publicação. "Este ano, por exemplo, o governo do estado tem enviado muitos projetos para a Alerj sobre matérias fiscal e tributária em regime de urgência, votados às vezes em 48 horas. Para esses projetos, temos que construir mecanismos de atuação muito ágeis", explica.

Esse acompanhamento vem trazendo resultados importantes para a indústria e pode ir além do Legislativo, chegando até mesmo à esfera Judicial. Um caso recente abrange a Lei 6.983/2015, que trata do piso salarial do estado. A despeito do trabalho realizado junto à Alerj no sentido de demonstrar a inconstitucionalidade da expressão "que o fixe a maior" – constante no artigo 1º da citada Lei e que retira a eficácia dos acordos e convenções coletivas em vigor – a mesma foi sancionada contendo a referida expressão.

Em consequência, a FIRJAN teve de recorrer ao Judiciário, por meio do ajuizamento de uma Representação de Inconstitucionalidade, para obter a suspensão dessa expressão – o que foi concedido liminarmente por unanimidade de votos dos desembargadores que compõe o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Outro exemplo que não está na Agenda diz respeito à Lei 7.020/2015, que autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Ajuste de Conduta Tributária com empresas contribuintes de ICMS. Inicialmente a prerrogativa em questão estava limitada a débitos superiores a R\$ 35 milhões, porém, após a atuação dos especialistas da Federação, tal quantia foi reduzida para R\$ 10 milhões, de forma a favorecer um número maior de empresas.

Sergei da Cunha Lima, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários, diz que, sem esse acompanhamento, o cenário para

a indústria seria mais difícil. "Esse trabalho da FIRJAN traz benefícios para as empresas. Muitas vezes uma proposição divergente surge pela falta de entendimento sobre os impactos da medida. Nem sempre os parlamentares sabem o que acontece no nosso dia a dia. Se não interagirmos, nossa opinião não é considerada", ressalta Lima, que também preside o Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul).

Os empresários associados podem acompanhar os assuntos em discussão por meio da edição semanal do Informe Legislativo Estadual, elaborado pela Federação,

com base na seleção de matérias de interesse da indústria publicadas nos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do estado. Tal publicação tem por objetivo dar ciência aos empresários sobre os atos dos Poderes Legislativo e Executivo, para que estes possam indicar as proposições de interesse. A partir desse retorno, a FIRJAN define as estratégias de defesa dos interesses. As proposições prioritárias são apontadas pelos integrantes dos Conselhos, Fóruns e Sindicatos e validadas na reunião do Conselho de Assuntos Legislativos, para fins de elaboração da Agenda anual. O Informe Legislativo está disponível na *newsletter* semanal da FIRJAN.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PROJETOS DA AGENDA LEGISLATIVA 2015

PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ICMS

Pleitos antigos do Sistema FIRJAN, o PL 1.674/2012, altera o prazo de pagamento do ICMS. "O prazo para recolhimento do imposto já foi de 60 dias no estado do Rio, porém, em razão do processo inflacionário, foi alterado para o 9º ou 10º dia útil do mês subsequente ao fato gerador, o que prejudica demasiadamente a livre iniciativa. O custo do descasamento entre o recolhimento do ICMS e o recebimento das vendas é altíssimo e impacta negativamente a competitividade das empresas fluminenses", avalia Flávia Ayd.

EXCLUSÃO DE MULTAS

Outro pleito refere-se ao PL 2.700/2013, que "dispõe sobre a exclusão das multas e partes dos juros relativos a débitos inscritos em dívida ativa e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos". A indústria fluminense tem reivindicado a possibilidade de haver esses benefícios.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

O PL 1.898/2012 institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado do Rio de Janeiro. Para o Sistema FIRJAN, se aprovado, esse projeto "representará um passo importante no sentido de regular os direitos, garantias e obrigações dos contribuintes, em todo território fluminense, tornando transparentes os deveres

da Administração Fazendária. O Código traduz o empenho do estado e da sociedade civil para harmonizar as relações entre o Fisco e os contribuintes, mediante a instituição do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte, órgão de composição paritária, integrado por representantes dos poderes públicos e de entidades empresariais e de classe, com atuação na defesa dos interesses dos contribuintes".

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O PL nº 1.904/2012 propõe a criação do Programa de Incentivo a Investimentos no setor de Tecnologia da Informação no estado, tema considerado pela Federação como importante para o aumento da competitividade da indústria. De acordo com a Agenda, "propostas legislativas dessa natureza contribuem para o fortalecimento das empresas de base tecnológica estabelecidas no estado do Rio".

POLÍTICA CULTURAL

O PL nº 1.541/2012 complementa as disposições da Lei nº 1.954/1992. Propõe parcerias com a iniciativa privada no intuito de incentivar a preservação da memória cultural do estado, considerada positiva por unificar a política cultural fluminense.

Accesse a Agenda Legislativa lançada em junho no *link* <http://goo.gl/LulrGs>.

FIRJAN APRESENTA AO MINISTRO DOS PORTOS PROPOSTAS PARA O SETOR PORTUÁRIO FLUMINENSE

O Sistema FIRJAN entregou ao ministro-chefe da Secretaria dos Portos, Edinho Araújo, um conjunto de propostas complementares ao Programa de Investimentos em Logística (PIL), durante uma reunião do ministro com a Comissão Portos, realizada na sede da Federação. O PIL, divulgado pela Presidência da República no mês de junho, prevê a privatização de trechos de rodovias e ferrovias, de aeroportos e de terminais portuários. Nas propostas o Sistema FIRJAN solicitou, entre outros pleitos, a duplicação do canal de acesso ao complexo portuário da Baía de Sepetiba, a dragagem de aprofundamento do canal da Baía da Guanabara, do porto do Rio de Janeiro e do complexo de São Gonçalo e Niterói, obras consideradas essenciais para aumentar a eficiência portuária fluminense e, conseqüentemente, a competitividade das empresas.

MUDANÇA DE RUMO

“Reconhecemos no programa uma mudança de rumo na condução da política econômica. Destruar os investimentos é condição fundamental para a retomada do crescimento. Porém, é preciso avançar mais”, disse Carlos Fernando Gross, vice-presidente do Sistema FIRJAN. Ele também destacou a importância do estado do Rio nas atividades portuárias do país.

De acordo com o ministro Edinho Araújo, o Programa de Investimentos em Logística tem como objetivo acelerar os investimentos do setor privado na infraestrutura logística do país: “Precisamos promover o diálogo e a facilitação dos serviços. Aceleração é nossa palavra de ordem. Nosso intuito é que os portos sirvam de



Antonio Batalha

O ministro Edinho Araújo recebe propostas de Carlos Gross, em evento na FIRJAN

mola para alavancar a economia brasileira”, disse Araújo.

CRITÉRIO PARA CONCESSÕES

O ministro comentou a mudança de critérios do PIL para o 2º bloco de concessões, que incluirá o maior valor da outorga. Segundo Edinho, os demais parâmetros de eficiência, como a maior movimentação de cargas e a menor tarifa, serão mantidos. O governo estuda ainda a possibilidade de o critério da outorga ser utilizado apenas em alguns casos: “As áreas licitadas em portos têm características específicas que precisam ser estudadas”. O PIL prevê investimentos de R\$ 37,4 bilhões nos portos brasileiros. Do total, R\$ 10,7 bilhões estão projetados para o estado do Rio, que participará apenas do Bloco 2 de licitações.

Mauro Santos Salgado, presidente da Comissão Portos, entidade

que a FIRJAN integra, apresentou propostas para ajustes na Lei dos Portos (12.815/13), como a redução de riscos para arrendatários, a unificação das categorias laborais e a adoção de um modelo empresarial nas administrações portuárias. “É preciso que as administrações sejam meritocráticas. Só assim podemos tirá-las do redemoinho de dificuldades em que vivem”, opina.

Para Luiz César Caetano, presidente do Sindicato da Indústria de Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal), o encontro com o ministro foi importante para ampliar o diálogo entre governo e setor privado. “As sugestões da Federação são muito oportunas e representam uma demanda do setor industrial. São itens fundamentais na manutenção das condições de uso desses portos”, avaliou Caetano, que também preside a Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense.

CONSELHO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DISCUTE ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A importância da gestão de sustentabilidade e o papel desempenhado pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa foram debatidos na reunião do Conselho Empresarial de Responsabilidade Social do Sistema FIRJAN. O índice, criado em 2005, é uma ferramenta de análise comparativa das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, conforme seu desempenho na promoção de ações sustentáveis.

De acordo com Sonia Favaretto, diretora de Imprensa e Sustentabilidade da BM&FBovespa, o ISE tem como intuito estimular empresas a adotarem uma agenda de sustentabilidade e os investidores a apoiarem as corporações que têm políticas nessa área. “Buscamos trazer evidências de que o índice contribui para uma melhor avaliação no mercado. Há casos de companhias que, após deixarem de fazer parte da carteira ISE, saíram do portfólio de alguns investidores”, afirmou. Atualmente, 40 empresas de 19 setores integram o índice. Elas somam 49,87% do valor total de mercado das que têm ações na Bolsa.

Paulo Senra, gerente de Estratégia e Sustentabilidade da Light, apresentou a experiência da empresa no uso da ferramenta. A Light faz parte do ISE há oito anos. “Participar da carteira nos permitiu ter um melhor relacionamento com *stakeholders* de diferentes áreas.



Antonio Batalha

Sonia Favaretto: ISE avalia gestão sustentável das empresas

Além disso, por envolver a prestação de contas, auxilia nossa gestão de sustentabilidade”, argumentou.

Luiz Chor, presidente do Conselho, defendeu o papel estratégico do tema. “A responsabilidade social e ambiental impactam na imagem que as empresas terão perante a sociedade”, concluiu. A reunião foi realizada no dia 18 de junho, na sede do Sistema FIRJAN, e também contou com a participação de Aron Belinky, coordenador do Projeto de Finanças Sustentáveis do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

EMPRESÁRIOS DO SUL FLUMINENSE DEBATEM TENDÊNCIAS DO SETOR DE PANIFICAÇÃO

A Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Sul, em parceria com o Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria da Região do Sul do Estado do Rio de Janeiro (Sipacon), promoveu o Giro Pós 5º Congresso de Panificação, em Volta Redonda. O evento reuniu empresários do setor para apresentar os resultados da pesquisa realizada pela Federação sobre comportamento de consumo nas padarias e confeitarias da região.

A pesquisa apontou ainda uma maior frequência dos consumidores da região nas padarias tradicionais (62%). As *gourmets* (com amplitude de produtos e serviços) aparecem em seguida, visitadas por pouco mais da metade deles. Apenas 17% dos clientes disseram

frequentar *boulangeries* (que oferecem pães especiais de alto valor agregado), mais populares no interior do estado. A pesquisa da FIRJAN ouviu 951 consumidores das classes A, B, e C das cidades da região metropolitana e do interior.

Para Paulo Roberto Marques, diretor do Sipacon, os resultados do levantamento confirmam o acerto do congresso em ter focado no valor do design para o setor de panificação. “O Giro é fundamental para que possamos nos preparar para ter ainda mais acertos na gestão do negócio. Normalmente, abordamos a parte tributária. Mas o design também se mostra de grande relevância para o setor. É preciso investir para atrair o consumidor”, diz Marques. O Giro foi realizado no dia 18 de junho na sede da Representação Regional.

CIRJ ORIENTA EMPRESAS A CONCORRER A VERBAS PARA INOVAR

O Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), em parceria com a Assessoria de Inovação Tecnológica (Assin) do Sistema FIRJAN, promoveu encontro de empresários para esclarecer dúvidas e reunir sugestões sobre a participação em editais das agências de fomento do estado do Rio. Eles apontaram dificuldades, soluções e compartilharam suas experiências. A atividade é parte de um projeto iniciado com a criação do Comitê Regional Articulador para Inovação – formado pela Federação, Sebrae, BNDES, AgeRio, Finep, Faperj e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – que visa multiplicar e fortalecer instrumentos de estímulo à inovação entre as empresas.

Para Gabriella Padilha, especialista de Projetos Tecnológicos da Assin, a reunião forneceu subsídios relevantes: “A grande questão apontada foi a dificuldade que os empresários têm de entender as solicitações das agências. Também foi sinalizada a necessidade de

mais agilidade na comunicação entre as partes envolvidas”.

Com objetivo de criar projetos ainda este ano, a empresária Luciana Andrade, da Dermatus Cosmética Médica, destacou a troca de experiência: “Podemos ver as dificuldades encontradas por outros empresários, os caminhos que podemos trilhar para concorrer em editais e em quais agências teríamos melhores possibilidades”.

Caminho já conhecido por Pedro Schneider, diretor da Condor Tecnologias Não-Letais. Com mais de 25 anos no mercado, a empresa já participou de vários editais. “Para começar é importante procurar a agência de fomento estadual. Além de se preparar para atender às exigências e elaborar o projeto a partir do que é solicitado em cada edital”, pondera ele.

A reunião aconteceu no dia 12 de junho. As informações coletadas foram apresentadas ao Comitê Regional Articulador para Inovação no dia 17 do mesmo mês.



Representantes de agências de fomento e empresário: estímulo à inovação

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz Chor

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavah

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani
Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

GOVERNADOR PEZÃO ANUNCIA INVESTIMENTOS NO SUL FLUMINENSE EM EVENTO NO SESI BARRA MANSA

Paulo Dimas

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, anunciou o início das obras de duplicação da Serra das Araras e a conclusão da obra da Rodovia do Contorno até novembro. A declaração foi feita durante o “Encontro de Desenvolvimento Econômico do Sul Fluminense – Caminhando para o Futuro”, promovido pelo Sistema FIRJAN no SESI Barra Mansa. O evento teve como objetivo debater os investimentos prioritários em infraestrutura, os gargalos que devem ser superados para promover o desenvolvimento sustentável da região, além de identificar as oportunidades de investimentos.

O presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, afirmou que o anúncio do governo está em consonância com os anseios da Federação: “A obra na Serra das Araras é urgente e pode eliminar um dos maiores gargalos logísticos do país”. Para Eduardo Eugenio, o caminho para o crescimento da indústria pela eliminação de gargalos: “Temos que unir esforços para garantir a realização dos investimentos prioritários que nos ajudarão a voltar a crescer”.

OUTROS INVESTIMENTOS

Durante o evento, Pezão disse que o Sul Fluminense ganhará também uma ligação entre a Rodovia Lúcio Meira (BR-393) e a Via Dutra, passando por Pinheiral. Para ele, a economia brasileira retomará o fôlego: “O país vinha em um ritmo positivo, com a inflação controlada. Nesse momento temos que ser criativos para descobrir novos caminhos”, pontua o governador.



Eduardo Eugenio e Luiz Fernando Pezão: debate no Sul Fluminense

O empresário Antônio Carlos Vilela, diretor da Schweltzer-Mauduit, propôs que as discussões levantadas durante o evento sejam acompanhadas num processo contínuo. “A essência da discussão é criar um fórum. Temos, na região, 17 municípios, a indústria e o apoio da FIRJAN. É possível garantir o avanço dessa discussão”, ressaltou.

O presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Sul Fluminense, Edvaldo de Carvalho, ponderou que é preciso planejar e alinhar projetos para superar a crise: “É importante analisar os gargalos principais que afetam nosso desenvolvimento e projetar o futuro do Sul Fluminense”. O evento foi realizado no dia 25 de junho.

AMPLA PROMETE NOVA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO CENTRO-SUL

São José do Vale do Rio Preto ganhará, ainda este ano, uma subestação de energia elétrica. Esta é a promessa feita pela Ampla a empresários durante reunião promovida pela Representação Regional da FIRJAN/CIRJ no Centro-Sul Fluminense.

Sérgio Carvalho, responsável técnico da Ampla pela Região

Serrana, afirmou que o investimento resolverá problemas com a qualidade do fornecimento de energia de São José do Vale do Rio Preto e Areal. “Vamos resolver o problema dos empresários, que reclamam das quedas frequentes do fornecimento”, garantiu.

Alceir José Corrêa, presidente da Representação Regional da FIRJAN/

CIRJ no Centro-Sul Fluminense, destacou a importância do diálogo entre os empresários e a Ampla: “É importante que estes encontros aconteçam, para que a equipe técnica da Ampla conheça nossas necessidades e fale diretamente com as empresas”. O encontro, realizado em junho, reuniu 60 pessoas na Câmara Municipal de Areal.

FIRJAN FIRMA PARCERIAS NA BRASIL OFFSHORE 2015

O Sistema FIRJAN marcou presença, mais uma vez, na Brasil Offshore 2015. Com estande, apresentação de palestras e ações de relacionamento, a atuação do Sistema teve como destaque a assinatura de novas parcerias.

Entre os acordos, destaca-se o estabelecido com a empresa AK Operações do Brasil, do Grupo Aker, para implementação de projeto social na área de qualificação profissional e reforço escolar em Macaé. Também foi firmada parceria com a Prefeitura de Rio das Ostras, prevendo a criação de uma unidade SENAI no município. Por sua representatividade para a indústria de petróleo e gás, a Federação vem atuando, especialmente na Região Norte Fluminense, na defesa dos interesses da indústria deste segmento.

PARCERIAS

O convênio com o Grupo Aker prevê a implementação, ainda em 2015, do projeto de responsabilidade social "Ação para Transformação", que oferecerá qualificação profissional e reforço escolar a 240 jovens e adultos, no SESI/SENAI Macaé. Assinaram o convênio, Gerson Camargo, gerente da AK Operações, e Alexandre dos Reis, diretor executivo de Operações do Sistema FIRJAN. "Estamos muito felizes com esta parceria. É preciso, de fato, investir na formação profissional do cidadão para que no futuro ele não necessite mais de bolsas ou auxílios e possa exercer plenamente sua cidadania.

Com a Prefeitura de Rio das Ostras, foi assinado um protocolo



Alexandre dos Reis e Gerson Camargo: assinatura de convênio no estande da FIRJAN

“É preciso investir na formação profissional do cidadão para que ele possa exercer plenamente sua cidadania”

Alexandre dos Reis
Diretor executivo de Operações do Sistema FIRJAN

de intenções. O documento prevê a cessão de uma área do município para a construção da unidade SENAI na Rodovia Amaral Peixoto, na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, onde estão instaladas 42 empresas.

PALESTRA E SERVIÇOS

No estande da Federação, os visitantes puderam conhecer o Sistema FIRJAN e o seu portfólio de serviços, que incluem soluções

em tecnologia e inovação e promoção da saúde e segurança do trabalhador, além dos cursos de qualificação profissional.

Durante o evento, a Assessoria de Responsabilidade Social em parceria com a Diretoria Jurídica da Federação e a Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense, promoveu palestra sobre a Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013) e Práticas de Compliance. Na ocasião, o auditor da Federação, Marlos Gomes, abordou os principais aspectos da legislação, sancionada em janeiro deste ano, e os procedimentos de controle, com a finalidade de contribuir com a mitigação e prevenção de riscos.

No último dia do evento, uma delegação organizada pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha foi apresentada ao portfólio de serviços oferecidos pelo SENAI. A Brasil Offshore foi realizada de 23 a 26 junho, em Macaé.

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 695
3 a 9 de julho de 2015

TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL (GREEN TAXES): SEU PAPEL NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Quando se fala em tributação ambiental, a primeira ideia que se tem é a da criação de mais um tributo destinado a custear alguma atividade de natureza ambiental. Esse pensamento decorre da já conhecida TCFA, que é cobrada por conta do exercício do poder de polícia pelo IBAMA.

O fato é que, com a crescente preocupação com o meio ambiente, volta e meia é cogitada a utilização de tributos para promover sua preservação. Podemos então pensar que o tributo seria uma sanção ao poluidor: exerceu atividade poluente, então deve pagar o tributo.

Nada poderia estar mais equivocado. Primeiramente, porque tributo nunca pode ter natureza de sanção por ato ilícito. Segundo, porque o tributo servirá, segundo entende a doutrina, para “internalizar” o custo ambiental, ou seja, trazer para o preço de cada bem ou mercadoria o gasto que seu consumo representa em termos ambientais. Por exemplo, se uma empresa emite gases poluentes na atmosfera o green tax aplicável servirá para custear a despesa que o Estado terá para promover a despoluição do ar.

Como visto, não se está punindo a empresa poluidora, mesmo porque a lei permite o exercício de atividades poluentes, desde que de forma controlada – este é o papel do licenciamento ambiental. Sua atividade é perfeitamente lícita, mas, por efetiva ou potencialmente poluir, será cobrado o tributo correspondente.

Também não podemos nos esquecer que não basta a criação do novo tributo. É necessário que o mesmo se coadune com o Sistema Tributário Brasileiro, devidamente regulado pela Carta Magna. Assim, há severas restrições quanto à sua criação. Podemos inclusive citar como

exemplo o (bem-sucedido) tributo previsto no artigo 177, §4º, II da Carta Magna.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA já discute o tema há tempos, afinal, a utilização de instrumentos econômicos como mecanismo de política pública capaz de conciliar estratégias de desenvolvimento e uso racional dos recursos naturais já ocorre em diversos países e também deve ser discutida no País, como defende o MMA.

Estas medidas visam a proteger os ativos da natureza em decorrência das atividades econômicas, obrigando usuários e poluidores a pagar tarifas pelo uso dos recursos ambientais e pela quantidade de poluição que lançam no ambiente.

Mas criar e cobrar tributos cujo produto seja destinado à preservação ambiental não é o único meio de se aliar a tributação e a preservação ambiental; há uma outra face da tributação ambiental que não irá onerar o empreendedor e ao mesmo tempo fomentará a preservação ambiental.

Estamos falando dos incentivos fiscais na área ambiental. A exemplo do que já ocorre com os Fundos da Infância e Adolescente, Incentivo à Cultura e outros, é muito mais simples para o Poder Público criar o incentivo que dê ao empreendedor preocupado com o meio ambiente uma contrapartida por seu esforço. Como a União, os Estados e os Municípios têm liberdade de legislar sobre os tributos de sua competência, é perfeitamente possível instituir certa renúncia fiscal, desde que observados os critérios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Já há projetos neste sentido em tramitação nas casas legislativas do País, pois o tema é importante e merece análise criteriosa. Podemos citar o já conhecido “ICMS Verde” como exemplo.

Concluindo, temos que a utilização de instrumentos econômicos na preservação ambiental é uma realidade, como se vê pelo crescente mercado de compra e venda de créditos de carbono. Uma correta tributação ambiental também terá importante papel neste objetivo, inclusive por ser mais eficaz do que a fiscalização e a regulação, já que é sistemática e permanente, ao contrário destas, esporádicas e casuísticas.

Na constante busca da ponderação entre o livre exercício das atividades econômicas e a preservação ambiental, instrumentos como a tributação têm o seu papel, e podem servir não só para simplesmente aumentar uma carga tributária que já é considerada bastante alta, mas sim como instrumento de adequação e parâmetro de balizamento entre estes, ajudando a obter um equilíbrio saudável para ambos os direitos fundamentais aqui tratados.

A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

Os contratos, públicos e privados, são regidos principalmente por dois princípios de direito: o princípio do *pacta sunt servanda* (somos servos do pacto) e do *lex inter partes* (lei entre as partes). Por um torna-se imutável o que as partes convencionaram, por outro ambas devem cumprir fielmente o que avençaram e prometeram reciprocamente.

Essa força vinculante das disposições contratuais prevalece inafastável durante muito tempo no direito pátrio, que sempre consagrou o princípio do *pacta sunt servanda*. Ainda hoje, a imutabilidade dos contratos constitui regra geral, embora com atenuações ao rigor pactual originário.

Com o passar do tempo, a intangibilidade dos contratos foi cedendo lugar à percepção doutrinária e jurisprudencial segundo a qual, nos contratos de execução sucessiva ou continuada, o vínculo jurídico entende-se subordinado à continuação do estado de fato das coisas vigente ao tempo de estipulação.

Ou, em outras palavras, a execução do contrato está subordinada à permanência do *status quo* ao tempo da celebração do ajuste, sem a superveniência de fato que provoque o desequilíbrio da prestação em desfavor de um dos contratantes.

A modificação anormal da situação em que se embasou o contrato, com agravamento da posição de uma das partes, importa na sua rescisão ou na necessidade de revisão do ajuste.

Para tal não se faz necessária previsão contratual expressa neste sentido, porque se encontra subentendida ou implícita em todo contrato de trato sucessivo a cláusula *rebus sic stantibus*, significando que a convenção não permanece em vigor se a situação fática pertinente não permanecer como era no momento da celebração.

Em síntese, tem-se então que um contrato só é executável nas condições previstas e previsíveis normalmente pelas partes, isto é, enquanto a situação permanecer como cogitada no momento do ajuste. Assim, mantém-se de forma equânime o equilíbrio econômico-financeiro do contrato para ambas as partes.

No moderno Direito a aplicação prática da cláusula *rebus sic stantibus* tem a denominação bastante pertinente de "Teoria da Imprevisão", segundo a qual o acordo não permanece em vigor (ou é alterado) quando surgirem fatos não cogitados pelos contratantes, criando ônus excessivo para um deles, com vantagem desmedida para o outro.

Sua aplicação é mais do que correta, vez que na elaboração das contraprestações recíprocas de um contrato (remuneração, prazos e outros) as mesmas são calculadas não de forma aleatória, mas baseando-se no contexto fático existente à época da celebração. Logo, caso este *status* se modifique de forma gravosa e parcial, as prestações também devem ser modificadas sob pena de que reste comprometido seu adimplemento.

Tal questão é tão importante e necessária que não só nas relações jurídicas de natureza privada isto ocorre, mas também nas demais, como se vê na própria Lei nº 8666/93, que regula as licitações e contratos da administração pública.

Enfim, verifica-se que este instituto é efetivamente um instrumento de proteção para ambas as partes contratantes, posto que a ruína do contratado, por força de fatos estranhos à vontade das partes, tem como consequência inevitável o comprometimento da continuidade da satisfação das obrigações do contratante. E, como visto, a chamada Teoria da Imprevisão tem por finalidade assegurar justamente essa continuidade, obstando a interrupção do contrato, o que traria prejuízo a todos.